

## O estado atual da música litúrgica e o seu futuro: um discernimento urgente em caminho sinodal

28 Abril, 2022



Por padre Bruno Ferreira

### Um olhar sobre a questão

Questionar-se sobre a situação da música litúrgica no Portugal de hoje não é certamente um exercício simples, nem se pode ter a ilusão de ter respostas unívocas e definitivas. O panorama é variado e heterogéneo, muitas vezes ligado a diferentes realidades e tradições, embora ainda seja possível extrapolar alguns denominadores comuns. Neste singelo contributo, portanto, longe de pretender enunciar respostas únicas e definitivas, tentarei fazer algumas reflexões gerais e, ao mesmo tempo, indicar pistas ou ideias para uma implementação decisiva das questões críticas atuais. Nada miraculoso ou utópico, claro, mas apenas algumas sugestões pessoais derivadas principalmente do senso comum e da experiência de alguns anos de atividade “no terreno” e de um conhecimento mais amplo e esclarecido na área da música sacra e litúrgica.

### Questões críticas e alguns problemas atuais

Começamos com uma primeira constatação, que me parece óbvia: tendo em conta as reflexões que se seguem, não podemos ignorar os efeitos da pandemia do coronavírus da SARS-COV-2, que desde o início de 2020 tem moldado (e em parte mudado radicalmente) o nosso modo de vida. Entre outras, também as atividades dos coros litúrgicos, a todos os níveis, foram interrompidas durante meses; onde foram capazes de retomar, viram-se com números substancialmente reduzidos, com cantores cautelosamente distanciados (este último aspeto, além disso, transformou-se surpreendentemente

num recurso positivo inesperado) e usando máscaras de proteção, esta última decididamente limitada à saída normal e fluida do som: em suma, apesar de tudo, finalmente reagrupámo-nos para cantar de novo, apesar de suportarmos um desconforto considerável. Muitos observadores sustentam que a pandemia teve efeitos deletérios, se não devastadores, nas atividades dos coros paroquiais, criando numerosos e sistemáticos problemas e, nos casos mais extremos, sancionando o fim de muitas realidades; esta avaliação tem certamente uma base de verdade, mas creio que é honesto reconhecer que a situação atual contém causas muito mais enraizadas que vêm de um período de tempo mais distante: tentemos resumi-las e comentá-las brevemente.

Antes de mais, o problema mais importante parece ser o reconhecimento do papel da música litúrgica: embora a Igreja se tenha tornado mais sensível a esta questão, o conceito de que o canto sagrado é uma adição desligada do contexto ritual, como se fosse uma banda sonora para a celebração, parece geralmente persistir. No entanto, enquanto não for claro para todos para que serve realmente a música na liturgia, e enquanto este mal-entendido básico persistir, haverá dificuldades de interpretação e de gestão de questões críticas. Além disso, para além das referências adequadas e justificadas ao ministério, parece ter chegado o momento de os músicos serem reconhecidos como tendo um papel adequado dentro da comunidade: liderança, em suma, como já acontece em países estrangeiros, certamente não para ser “dada” à primeira pessoa que aparece, mas para ser adquirida no terreno e baseada numa preparação séria, corroborada por uma sólida experiência eclesial.

É evidente quão decisiva é a questão da formação musical-litúrgica, a todos os níveis e para cada papel, seja presbítero, diretor de coro, instrumentista ou cantor. Não faltam propostas, desde as escolas diocesanas, escolas superiores e institutos pontifícios até aos vários cursos (incluindo *on-line*) para os vários requisitos. Além disso, o número de participantes não é desencorajador, pelo contrário: muitos estão a assistir e a gastar parte do seu tempo (muitas vezes também as suas férias e o seu dinheiro) para empreenderem um sério desenvolvimento profissional. O entusiasmo e as boas intenções que se registam no final destas viagens intensas, chocam frequentemente com as realidades deixadas – e pontualmente encontradas – na paróquia; deve dizer-se sem receio que, por vezes, o encerramento e a obtusidade de certos clérigos, com base no único desejo de manter a situação na mão sem querer delegar naqueles que têm competência real, se transforma numa ação contraproducente e divisionista: por isso voltemos ao problema da liderança.

Por outro lado, é igualmente honesto notar que ainda existe uma franja de músicos (ou autointitulados músicos) que tratam a ação litúrgica como um “recipiente de som” a ser enchido, ignorando assim não só o seu crescimento pessoal, mas também desrespeitando servilmente os valores rituais dos cânticos propostos e a sua funcionalidade, em nome de fantasiosas sirenes de latido: a execução de “grande música”, a proposta do repertório de cânticos “para que os jovens venham à igreja”, a apresentação obstinada de um único compositor em nome de um “pensamento único” que representa o empobrecimento cultural ou o rebaixamento litúrgico em nome da máxima “vamos fazer coisas que as pessoas saibam”. Mesmo todas estas ilusões piedosas representam um problema de prática e não apenas de ideologia: as escolhas musicais na liturgia, como já dissemos, têm parâmetros de referência muito precisos e o inegável valor artístico do repertório deve ter como objetivo combinar perfeitamente com o seu valor ritual.

Em conclusão, portanto, podemos dizer que o músico da igreja em geral necessita de uma formação que contemple tanto os aspetos técnicos (musicais) como eclesiais (litúrgicos), dentro de um equilíbrio tão perfeito quanto possível, e fortemente apoiado pela fé alimentada por uma experiência espiritual pessoal significativa: acrescentaria ainda, como fruto de uma importante viagem de estudo que comecei conscientemente apenas há algum tempo, que seria decididamente desejável ter a possibilidade de enriquecer o crescimento também do ponto de vista teológico; se por um lado isto representa a conclusão de um ciclo formativo, por outro é inegável que, aplicado à música litúrgica, a teologia oferece a possibilidade de entrar na profundidade dos conteúdos, compreendendo o significado da ritualidade para fazer escolhas de repertório conscientes, significativas e aderentes.

Um segundo aspeto crítico pode ser identificado na grande dificuldade experimentada por uma grande parte das realidades eclesiais, o que tem claramente efeitos negativos também sobre as atividades dos coros paroquiais. Historicamente, tem havido duas fontes de abastecimento para coros: crianças que frequentam a catequese e as assembleias litúrgicas. De facto, tal como as crianças que assistem à preparação dos sacramentos poderiam estar envolvidas nas atividades musicais da paróquia, garantindo potencialmente uma espécie de mudança geracional (pelo menos em perspetiva), a presença numérica de uma boa e substancial assembleia litúrgica despertou um interesse contínuo pelo coro, curiosidade e empatia, provocando em muitos o desejo de se dedicarem a este tipo particular de serviço. Particularmente até à década de 1980, isto estava bem estabelecido e bem enraizado, ao ponto de muitos coros terem um número tão grande de cantores que era impossível aceitar novos ou, nos casos mais extremos, fazer “turnos” cíclicos.

O abandono progressivo da participação na missa dominical, que se tornou numa presença ocasional, senão esporádica, o arrefecimento da participação na catequese das crianças que são cada vez mais atraídas (juntamente com as suas famílias) por interesses de natureza muito diferente, juntamente com uma falta de atenção geral em captar seriamente os primeiros sinais desta degradação misturada com uma falta de interesse por parte dos responsáveis da liturgia e da música, incapazes de avaliar os efeitos de forma inadequada e tardia, levaram a que a situação fosse, nos vinte anos seguintes, uma viagem para um envelhecimento lento mas progressivo dos nossos coros, sem possibilidade de substituição por jovens recrutas.

Hoje estamos a assistir a um cenário pouco consolador, que está essencialmente disseminado por todo o Portugal, com exceção de alguns oásis felizes: estamos a lidar com coros cuja idade média é bastante elevada e com um fosso que se alarga dependendo se as vozes são femininas ou masculinas. Estes últimos estão a desaparecer gradualmente, não há como negá-lo: em muitos casos, já há mudanças na composição de quatro vozes mistas para grupos de duas, ou no máximo três vozes mistas. Esta transformação, contudo, tem um impacto preciso e sério não só na estrutura dos conjuntos vocais, mas também nos próprios repertórios: se não for difícil encontrar composições em quatro partes, é tão possível aceder ao *Thesaurus* do passado para encontrar música em três vozes mistas, mas para alto, tenor e baixo. Estas obras foram compostas principalmente entre a segunda metade do século XIX e os anos imediatamente anteriores ao Concílio Vaticano II, quando não havia falta de homens nos estrados do coro, mesmo os mais pequenos definidos como “rurais”, e a parte do alto (*cantus*) era apoiada por mulheres ou mesmo crianças. Passado pouco tempo, a situação inverteu-se completamente: crianças e homens praticamente desapareceram não só dos coros, mas infelizmente também da prática religiosa, enquanto que as vozes femininas permaneceram, apesar do facto de, durante a última década, ter havido aqui também sinais de um certo cansaço.

Por fim, há uma outra observação de fundo: referindo-se às realidades do nosso tempo, deixando de lado as históricas Capelas Musicais que têm séculos de gloriosa e meritória atividade por detrás delas, apercebemo-nos que as “ilhas felizes” correspondem quase sempre a circunstâncias ligadas a um bispo, a um reitor ou a um pároco que estão conscientes do valor intrínseco de um bom coro e, mais geralmente, de uma atividade musical litúrgica bem organizada e rentável. No fundo, onde o conselho pastoral é particularmente sensível e “se preocupa” (como se costuma dizer, e certamente não por razões estéticas, o que seria um fim em si mesmo e, em última análise, inadequado), é muito provável que os músicos possam trabalhar bem e, paradoxalmente, haverá muito menos esforço para criar as condições para o crescimento e desenvolvimento (recrutamento de cantores e instrumentistas, encontrar os fundos necessários para manter as atividades, etc.). Pelo contrário, estamos todos bem cientes de exemplos muito diferentes, se não opostos, de coros que não são bem tratados ou mesmo obstruídos e fechados, nem sempre a contento de todos. Embora esta seja uma situação consolidada e verificável, é difícil compreender como a Igreja pode por vezes dar a impressão de se negar a si própria indo contra os ditames dos documentos do seu próprio Magistério; tal “humor” seria provavelmente um pouco limitado se o valor da música na liturgia fosse universalmente compreendido e a liderança profissional dos músicos, como já foi mencionado, devidamente

treinados e competentes, fosse aceite. Isto implica uma mudança real, uma mudança decisiva de mentalidade.

### Sugestões e ideias operacionais

Mas nem tudo é para ser deitado fora, nem tudo está em declínio miserável e inexorável! Há também situações de vigor e excelência: as contribuições já publicadas em sites de referência ou publicações impressas, bem como muitos exemplos de trabalho musical espalhados por todo o país, testemunham alguns sinais reconfortantes de luz, fortes vislumbres aos quais se agarrar para construir um novo futuro cheio de esperança. É aqui que precisamos de começar com um novo ímpeto e entusiasmo, antes de mais, partilhando sugestões e propostas operacionais a serem implementadas a curto, médio e longo prazo: tentarei oferecer algum alimento para reflexão, certamente não exaustivo, bem ciente de que a medicina pode não curar a mesma forma de doença.

Antes de mais, parece oportuno mencionar a escolha já feita em algumas igrejas catedralícias, ou de certa importância, de criar uma capela composta por alguns cantores profissionais, capazes de elevar exponencialmente o nível da proposta musical, sem prejuízo do facto de que um maestro sério, preparado e treinado de acordo com todos os cânones acima mencionados, deve estar ao leme. Se, por um lado, o modelo garante uma qualidade de profundidade absoluta, por outro, é visto com alguma desconfiança, tanto porque está desligado da realidade comunitária como também porque há receios da sua emancipação excessiva da atividade litúrgica. Contudo, onde tal experiência já foi implementada e consolidada, os resultados têm sido consoladores e absolutamente encorajadores; pode-se pensar que esta fórmula é o crepúsculo de um regresso ao passado onde as Capelas foram um verdadeiro tesouro de música, mas também de liturgia e cultura: se for esse o caso, tudo terá necessariamente de ser aprofundado e lançado nas exigências rituais do nosso mundo contemporâneo.

Como já foi mencionado, parece indispensável criar uma mentalidade de grupo e de comunidade, esquecendo as pretensões personalistas e evitando a teimosia apenas com base no “Eu próprio o farei”: ninguém se salva, cada crise só pode ser evitada unindo forças, não quebrando-as. Em suma, uma nova visão, mais abrangente, menos individualista, mas muito mais orientada para a cooperação mútua que acolhe os recursos positivos de cada indivíduo. Contudo, acredito que não devemos abrandar este processo inclusivo e também sinodal, porque sabemos que qualquer mudança de mentalidade requer muito tempo e esforço.

Como podemos construir uma visão de um novo coro com estas dimensões? Não é fácil dizer, nem é fácil teorizar, porque as situações são semelhantes mas não são as mesmas e, portanto, requerem necessariamente passos e métodos diferentes. Posso apenas sugerir duas atitudes básicas: a primeira é acreditar, como disse, num projeto inclusivo e sinodal, caso contrário não vale a pena perder tempo; a segunda é uma atitude branda em relação às próprias condições de partida, tentando fazer contribuições “em pé de igualdade” sem manifestar a superioridade de uma ou apontar as limitações da outra. Portanto, especialmente onde já existem situações pastorais pré-estabelecidas, poder-se-ia pensar numa espécie de união de coros, por exemplo nas paróquias das cidades vizinhas, ou mesmo em áreas dentro de uma vigararia ou algumas paróquias sob a guia do mesmo pastor, pelo menos para as celebrações importantes do ano litúrgico. Além disso, tanto a nível diocesano como vicarial, devem ser identificadas figuras de referência credíveis e competentes que sirvam de ligação e apoio aos músicos locais. Finalmente, é bom ter encontros regulares entre os diretores do coro! Experimentei isto durante alguns anos na minha zona pastoral: cada dois ou três meses realizavam-se reuniões entre os Ministros da Música das várias igrejas ou capelas da zona pastoral, e foram excelentes e estimulantes momentos de confronto e partilha sincera, frequentemente frequentados também pelos respetivos párocos ou pastores, criando uma visão global capaz não só de conduzir a ações relevantes e projetos sérios, mas também de ultrapassar mal-entendidos e interpretações erradas que muitas vezes geram as condições básicas para relações conflituosas.

Também a nível diocesano, se ainda não existirem, deveriam ser criados cursos específicos para músicos de igreja, que tratariam pelo menos de cursos de formação em teologia da música sacra, musicologia litúrgica, e os critérios para formar um repertório, com exemplos práticos que podem ser aplicados juntamente com outros temas específicos (técnica vocal e preparação de cantores, técnica de direção para diretores, instrumento para organistas ou outros instrumentistas); da mesma forma, deve ser encorajada a reintrodução convicta de cursos sérios de música litúrgica nos seminários: quer de forma coordenada e contínua, quer com possíveis sessões de imersão total, possivelmente até usando o modo “à distância” que conhecemos nos últimos tempos, os futuros presbíteros precisam de estar preparados: em primeiro lugar para o conhecimento do *sensus ecclesiae* e a compreensão do valor ritual da música, para o cuidado pastoral litúrgico sempre inerente à música e para o canto das partes que lhes são próprias. Em suma, o campo da formação é tão decisivo e indispensável como sempre: já foi feita ampla menção à sua transversalidade multidisciplinar, litúrgica, teológica e musical.

Nem todos são obrigados a saber tudo, claro, mas é sempre desejável estar atento aos pontos precisos de referência, aos princípios e critérios: só assim podemos aspirar a uma adesão entre o rito e o sinal que se torna verdadeira edificação do povo de Deus.

O último ponto que gostaria de explorar é o relativo aos repertórios, o que nos remete imediatamente para a questão das composições. Deixámos (total ou pelo menos parcialmente) para trás algumas críticas históricas representadas pelas dificuldades que surgiram imediatamente após o fim do Concílio Vaticano II, entrando numa nova e talvez mais madura fase da viagem, apesar de ainda haver mal-entendidos e confusões; muita música foi, portanto, escrita, mesmo de bom gosto, e foi dada uma certa atenção aos novos textos, apesar da necessidade de um discernimento adequado mesmo nesta área específica. Além disso, após um longo e complicado processo, a revisão dos livros litúrgicos está finalmente a ser concluída, tendo o último passo acabado de ser dado com a publicação da 3ª edição do Missal Romano; também aqui, embora haja alguns aspetos que poderiam certamente ter sido tratados de uma forma melhor, o esforço para fornecer aos presbíteros um volume que favoreça e facilite o seu canto deve ser reconhecido. O grande desafio é obviamente agora fazer bom uso dela.

Há alguns dias, estava a falar de todas estas coisas com um distinto interlocutor que lamentava quão insuficientes ainda são as ações para o repertório do canto de assembleia: é verdade, muito já foi feito, mas ainda há um longo caminho a percorrer! É necessário fugir aos estereótipos, como o facto de que a participação do povo significa “fazer tudo” independentemente, incluindo cantar, ignorando o facto de que também há momentos de escuta e silêncio sagrado; mais uma vez, sem ceder a proclamações entusiastas, deixar de lado a convicção de que o coro e a assembleia são alternativas, uma ou outra: não! O coro e a assembleia podem e devem coexistir, sem qualquer problema, mas a base deve ser um planeamento musical sério, baseado no realismo, na valorização das diferentes possibilidades e numa direção litúrgico-musical inspirada. Uma vez feito isto, é necessário pensar num repertório que seja verdadeiramente válido e que tenha finalmente a coragem de excluir peças inadequadas, de dar lugar a uma música mais formalmente correta e aderente de todos os pontos de vista; o tempo pareceria finalmente maduro para poder proceder a uma operação para elevar o nível não só da música, mas mais geralmente da nossa própria maneira de celebrar a liturgia: nas palavras de Joseph Ratzinger “a verdadeira liturgia é reconhecida pelo facto de ser cósmica, não adaptada e exclusiva de um grupo. Essa canta com os anjos. É silenciosa como as profundezas do universo que vive em espera. E assim redime a terra”.

A conclusão óbvia

Para concluir, não se pode prescindir do aspeto espiritual do canto de quem canta e faz música. Monsenhor Guido Marini, antigo mestre das celebrações litúrgicas do Sumo Pontífice, expressou-o desta forma no “Jubileu dos Coros” em Roma há alguns anos atrás: “Homens e mulheres das *scholae cantorum*, lembrem-se: o vosso canto deve atrair-nos para o alto, elevar mentes e corações, favorecer a passagem deste mundo para o Pai, da terra para o Céu, do tempo para a eternidade. O vosso canto não pode ser mundano e pouco nobre; deve ser o canto dos anjos. Sejam apaixonados pelas alturas

**de Deus". Não se trata exclusivamente de um facto "técnico", mas certamente também espiritual: se a fé estiver ausente, não será possível realizar o próprio ministério eclesial de uma forma adequada, honesta, convicta e profícua para os irmãos e irmãs.**

**O futuro, mesmo o futuro próximo, apresenta-nos desafios importantes e precisamos de pessoas preparadas e novas boas ideias para os enfrentar; cabe-nos a nós agir com a consistência e a prudência dos "filhos de Deus", tudo pela "glória de Deus e pela santificação e edificação dos fiéis", mas também para bem da Igreja no nosso país e da nossa diocese.**